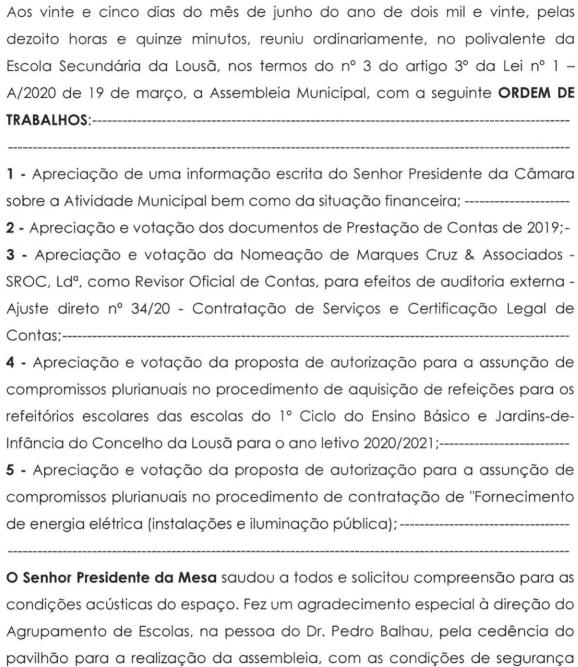
Wase!

Ata Número Quinze



condições acústicas do espaço. Fez um agradecimento especial à direção do Agrupamento de Escolas, na pessoa do Dr. Pedro Balhau, pela cedência do pavilhão para a realização da assembleia, com as condições de segurança necessárias de acordo com as determinações emanadas pelas várias entidades face à situação epidemiológica vivida. Agradeceu, igualmente, a todos os técnicos profissionais que prestam apoio à organização a fim de tornar possível nas condições adequadas a realização dos trabalhos atendendo às excecionais medidas de distanciamento e as restrições a que estão sujeitos pela pandemia da Covid-19. Informou que de acordo com o combinado na Conferência de Representantes, os membros que pretenderem

397



Feita a chamada, verificou-se a ausência de Pedro Santos, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Paulo Simões e Renato Ferreira que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Aurélio Sequeira, do PS. Nuno Marque, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, e João Duarte, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rosário Agostinho, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Marques, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Mariana Carvalho, que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Agostinho de Carvalho, do PSD. Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE. Faltaram justificadamente e sem substituíção: Maria da Conceição Loureiro da CDU e João Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins.

Seguidamente, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a ata número catorze, referente à sessão extraordinária e por videoconferência, realizada no dia treze de maio do ano de dois mil e vinte, tendo sido aprovada por maioria, nos termos do número três, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo – CAP, com quinze votos a favor do PS e BE e quatro abstenções do PSD, quando estavam presentes dezanove elementos. -

CORRESPONDÊNCIA: -----

Informou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** que a **Mesa** da Assembleia recebeu neste dia, vinte e cinco de junho, o ofício do Revisor Oficial de Contas enviando os originais dos documentos CLC – Certificação Legal das Contas, RCRA – Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria e Relatório sobre a situação económico-financeira, relativos ao exercício de 2019 – Município da Lousã para informação do órgão deliberativo. Mais informou que com a brevidade que foi possível, e por email, estes documentos foram remetidos a todos os membros da Assembleia

398 Madre

Municipal, a fim de tomarem conhecimento. O Órgão deliberativo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando anexo a esta ata, doc. nº 1 (um)). -----MOÇÕES: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa recebeu duas Moções: uma do BE e outra do Grupo Municipal do PSD. Relativamente à Moção do BE e conforme a alínea f) do nº 3, do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal os documentos para efeitos de consideração em "período antes da ordem do dia" refere até dois dias úteis, antes do início da sessão, até às onze horas desse dia. Devido ao agendamento da sessão da Assembleia Municipal para o dia vinte e cinco, como o dia vinte e quatro corresponde ao feriado municipal, em que os serviços se encontram encerrados, e por isso não considerado dia útil, a Moção do BE em defesa do Hospital dos Covões, ao dar entrada no dia vinte e três de junho, não foi considerada dentro do prazo estipulado pelo Regimento da Assembleia Municipal. Quanto à Moção do Grupo Municipal do PSD, - "Assembleia Municipal Digital e Acessível", foi rececionada no dia dezoito de junho, nos termos da alínea f) do nº 3, do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal. Deu a palavra a Ana Paula Sançana para apresentar e explicitar a referida Moção.----

Ana Paula Sançana depois de apresentar cumprimentos, disse que a Moção visa dar resposta ao que o PSD defende desde há muito tempo. -----«"ASSEMBLEIA MUNICIPAL DIGITAL E ACESSÍVEL" Um cidadão mais informado é, à partida, um cidadão mais dinâmico e participativo; a disponibilização da informação é um passo fundamental na promoção da participação na vida local e exercício pleno da cidadania, simplifica o diálogo, e constitui uma colaboração importante para a transparência da administração local. Cabe a nós, eleitos, promover essa aproximação com a população, utilizando instrumentos decisivos no processo de melhoria contínua da comunicação com os munícipes e consequente aprofundamento da democraticidade da governação autárquica. Urge aproximar as instituições de poder político dos cidadãos Lousanenses, uma vez que foram estes que nos elegeram, atribuindo, assim, sobre os próprios órgãos políticos um especial ónus de



aproximação. Com vista à concretização desta aproximação, o Grupo Municipal do PSD da Lousã apresenta a esta Assembleia, para deliberação, a Moção: "Assembleia Municipal Digital e Acessível". Considerando que: Atualmente há uma enorme capacidade e facilidade de transmissão de informação online; 1. Os meios de comunicação digital são um instrumento com alto potencial para chegar a uma maior parte da população; -----2.Deve ser do interesse desta Assembleia Municipal a promoção da transparência e a participação dos cidadãos na vida política local; O Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal do PSD da Lousã, vem através desta moção, apresentar a seguinte proposta, sujeitando-a a votação: Transmissão vídeo streaming das várias sessões, ordinárias e extraordinárias, desta Assembleia Municipal, através da criação de um canal próprio da Assembleia Municipal, ou outro já existente, utilizando plataforma digital gratuita ou outra que a Câmara Municipal considere mais adequada para o efeito; levando a cabo as alterações necessárias ao Regimento, para o efeito, e, o armazenamento das transmissões das assembleias em arquivo, com acesso para consulta na página online da Câmara Municipal da Lousã. Ana Paula Sançana, em nome do Grupo Municipal do PSD Lousã em 18 de junho de 2020.» Documento que se dá por integralmente transcrito ficando anexo a esta ata, doc. nº 2 (dois)).-----

Colocada à votação a Moção - "ASSEMBLEIA MUNICIPAL DIGITAL E ACESSÍVEL", apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi aprovada por unanimidade com os votos do PS, PSD e BE, quando estavam presentes vinte e dois elementos.-----

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para dizer que dado o consenso gerado como demonstrou o resultado da votação e na perspetiva de começar a criar condições para tornar exequível a pretensão, atendendo às recomendações e sugestões aqui enunciadas, propõe a Mesa manter a mesma Comissão da revisão ao Regimento da Assembleia Municipal aprovada em vinte e nove de novembro do ano de dois mil e dezassete, ressalvando que poderá cada Grupo Municipal substituir algum elemento, dando, previamente, conhecimento à Mesa dessa pretensão com a indicação de substituto, durante a próxima semana. Disse ainda que esta Comissão reunirá logo que possível e segundo a disponibilidade dos membros que a integram, apresentando em tempo oportuno uma proposta de revisão ao Regimento da Assembleia Municipal. A esta Comissão disse que faria chegar a sugestão de redação da alteração do art.º 60°, na sequência da

Way way

wades

questão colocada no período destinado à intervenção do público, pelo cidadão Paulo Magro, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e sete de fevereiro com o intuito de incluir nesta revisão do Regimento da Assembleia Municipal. Concluindo, questionou o plenário sobre a concordância ou não desta linha de atuação, não havendo oposição, deu-se como aprovada.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscrições: Aires Ventura, Helena Correia, António José Gonçalves, Marco Aurélio Sequeira, Joaquim Seco, Maria Carolina Henriques, Raquel Simões, Sérgio Pedroso, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo.-----Aires Ventura interveio para se referir à água e saneamento como um bem de primeira necessidade que deve ser assegurado a todas as populações com acesso físico e economicamente comportável. Em seguida referiu-se à APIN como sendo uma empresa de capitais 100% públicos entrega parte dos seus serviços a privados, como por exemplo aos CTT e apresenta aos consumidores um "tarifário escandalosamente inflacionado", transformando-se em uma fonte de lucro e não, em uma empresa que deveria prestar um serviço público essencial. No seu entendimento, foram estes os motivos pelos quais as populações, junto dos órgãos de comunicação social, se têm demonstrado descontentes. Afirmou que no Município da Lousã não funcionou a democracia porque não deram qualquer justificação às reclamações dos cidadãos, não os receberam, nem responderam às reivindicações apresentadas. Sugeriu que os assuntos da APIN têm que passar por uma ampla discussão nesta assembleia e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem o dever de convocar uma sessão extraordinária aberta ao público para que todos os interessados, nesta questão, tenham a oportunidade de expressar as suas opiniões. Fez, ainda, considerações em relação às sessões abertas ao público, dizendo que não estão proibidas desde que sejam cumpridas as regras básicas de segurança. -Helena Correia usou da palavra começando por se congratular com o facto de o pontão do Boque, questão por si apresentada na sessão anterior, estar agora aberto à circulação, que se traduziu num benefício para os residentes da zona. Em seguida, referiu-se ao conjunto de obras de Regeneração Urbana

Way-

do Centro da Lousã como um foco de condicionamentos aos residentes, aos comerciantes e às pessoas que têm que passar ou estacionar nestas vias. Tem sido feito um apelo à paciência das pessoas e alguma consideração porque durante o tempo da duração das obras, as rotinas são diferentes. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se as diversas obras estão a decorrer conforme os tempos previstos. Solicitou a fiscalização e atuação da Câmara Municipal na identificação e notificação dos proprietários confinantes das linhas de água. Disse que as linhas de água, neste momento, estão completamente cheias de vegetação, é um processo que não é fácil e deu como exemplo o caso da Ribeira Maior. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho Informou ainda sobre um assunto recorrente nestas assembleias e que tem a ver com a desagregação das freguesias de Lousã e Vilarinho. Deu nota de que o assunto não está esquecido e tem procurado obter informações. Assim, na semana passada, em reunião com os deputados do PS e do BE conseguiu saber através da deputada do PS que o projeto lei iria a Conselho de Ministros. Admite que estão reunidas as condições para que até ao final do primeiro trimestre se possa começar o processo de desagregação de freguesias. Depois deste passo, segue-se a formalização de todos os procedimentos onde as Assembleias de Freguesia e Órgãos Executivos e Municipais terão que se pronunciar, mas acredita que existe unanimidade nesta concretização. Concluiu dizendo que deseja e continua a acreditar que todo este processo decorra nos timings necessários para que nas próximas eleições autárquicas já existam as duas freguesias. -----António José Gonçalves interveio para endereçar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara dado que na última sessão extraordinária e por videoconferência, não houve lugar ao período "Antes da Ordem do Dia". Começou por dizer que a maioria dos assuntos já os apresentou, nomeadamente, pedido de esclarecimentos sobre a data do pedido de autorização para acumulação de trabalho do ex-autarca e trabalhador da Câmara Municipal da Lousã, Artur Jorge da Conceição Correia, ligado à empresa Prodígio Imparável que por sua vez, prestou serviços para a Câmara Municipal. Esclarecimentos sobre os elevados custos com a iluminação de Natal, dizendo que teve uma diferença em relação ao ano anterior de mais de dez mil e setecentos euros e que só a colocação de uma estrela de Natal



colocada à frente do edifício da Câmara Municipal, teve um custo de três mil euros. Por outro lado, questionou como é que é possível convidar empresas para apresentarem orçamentos quando o serviço já estava a ser efetuado ou em vias de execução. Questionou "quem é que é responsável ou quem é que paga a relva sintética aqui perto". Questionou solicitando objetividade na resposta, sobre quando é que as janelas do edifício da Câmara Municipal vão ser substituídas e quem é que paga, porque a última vez que perguntou, foilhe dito que eram muito confortáveis, e sobre isso não tem qualquer dúvida, a questão é repor a legalidade, a não ser que não saiba de alguma coisa e que já não seja necessário fazê-lo. Sobre a APIN, disse que lhe parece que foi "criada em cima do joelho", porque há movimentos de cidadãos em vários concelhos para tentarem sair, nomeadamente: Lousã, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande. Expressou a sua indignação pelo facto de ter sido retirado o ponto à discussão do Movimento da Lousã. Ressalvou que o PSD não diz ser favorável à petição, antes porém, não concorda que não tenha sido incluído para discussão na ordem de trabalhos desta assembleia. Referiu o serviço de recolha de monos como sendo excelente sugerindo que deveria ser publicitado, a fim de sensibilizar as pessoas à sua utilização em detrimento de deixarem toda a espécie de lixo à beira da estrada, nos pinhais e junto aos contentores de lixo. Deu nota que já teve oportunidade de felicitar o empresário da Lousã que remodelou um edifício junto à Estação. Concluiu a sua intervenção manifestando a sua indignação pelo facto de não existir uma única obra de regeneração urbana concluída, com exceção à Rua do Comércio, e disse que "a Lousã está transformada num autêntico estaleiro". ------

Marco Aurélio Sequeira interveio para realçar os Estágios de Verão que estão a ser dinamizados pela Câmara Municipal em parceria com a ACTIVAR. Disse que de ano para ano, as inscrições têm vindo a aumentar, este ano foram abertas sessenta vagas. Disse, ainda, que este tipo de iniciativas têm uma grande adesão de inscrições por parte dos mais jovens que estiveram confinados em casa e agora pretendem ocupar as suas férias de forma diferente. Realçou, igualmente, o programa de Férias Ativas que tem grande importância na ocupação dos jovens, no período das férias, ainda que este ano, tenha que funcionar de forma diferente dadas as restrições que a

pandemia obriga. A concluir, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se está planeada e, em caso afirmativo, em que moldes a retoma das sessões do Conselho Municipal da Juventude da Lousã.-----

made y

Joaquim Seco interveio apresentando a sua congratulação e orgulho pela informação prestada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho sobre o reaver do Estatuto da Freguesia de Vilarinho, dado que é uma matéria que o identifica nestas sessões. Sublinhou, veementemente, que a Comunidade Vilarinhense, também, nunca esqueceu este processo desde a sua primeira hora e confirmou que se não há oposição dos Órgãos do Município e Junta de Freguesia, do povo Vilarinhense, também, não há oposição, antes porém, já leva é alguns anos de atraso esta resolução. Fez uma alusão ao dia da freguesia, dia de S. Pedro, vinte e nove de junho e o quanto gostaria a comunidade de poder retomar as festividades e rituais. Alertou para uma situação de preocupação que tem a ver com o cemitério de Vilarinho que está completo e não tem espaço para novas sepulturas. Sobre o pontão da Ribeira dos Casais, disse que se concretizou um desejo de décadas para aquela população que está reconhecida ao Município da Lousã. Deu nota de que as máquinas para limpeza da vegetação já andam no terreno, desde o lugar da Rogela ao lugar do Boque o que avaliou como importante dadas as atuais condições atmosféricas. Concluiu referindo-se ao subsídio no valor de cinquenta mil euros atribuído pela Câmara Municipal ao Centro Social da ADIC que se destina à aquisição de equipamento.-----Maria Carolina Henriques usou da palavra começando por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está satisfeito com o resultado visível até ao momento, das obras de intervenção urbanística na Vila da Lousã. Deu nota que a circulação de viaturas exigem uma condução muito rigorosa dado o estreitamento das vias e a colocação de barreiras arquitetónicas metálicas. No seu entendimento as zonas pedonais foram privilegiadas em detrimento da circulação rodoviária que foi substancialmente reduzida sem qualquer aproveitamento por exemplo, para ciclovias. Seguidamente, referiu-se ao facto da Câmara Municipal, há vários anos atrás e em nome da Zona Histórica da Vila, ter arrancado o alcatrão dos arruamentos e colocar calçada portuguesa. Fez uma defesa da introdução e colocação da calçada portuguesa nas ruas da Lousã e admitiu que até se tornou "moda" ao ponto

Je odu X

de ser, igualmente, colocada nos espaços das habitações particulares fazendo, desta forma, nascer "a indústria da calçada". Entretanto, todo o investimento público e toda a aposta na calçada portuguesa foi, repentinamente e inesperadamente, substituída por um "material pouco nobre, sem identidade e sugerido pelas loucuras das modernidades, da uniformidade, da vulgaridade, onde tudo o que nos caracterizava e nos diferenciava enquanto terra bonita e garrida vila Coimbrã desaparece inexplicavelmente." Afirmou que o povo é sábio e existe contestação a este novo espaço urbano e como tal algo vai mal. Concluiu dizendo que o Grupo Municipal do PSD fica a aguardar uma Lousã com espaço urbano que crie possibilidade de funcionamento normal e fica atento a futuros e eventuais congestionamentos.

Raquel Simões usou da palavra cumprimentando a todos e com particular reconhecimento aos trabalhadores da autarquia pelo esforço desenvolvido para que estejam reunidas as condições de trabalho em segurança e nos moldes que hoje está em funcionamento. Apresentou agradecimentos ao Executivo Municipal pela forma como tem chegado às pessoas nestes tempos difíceis para todos, e onde tem demonstrado uma real intervenção social, económica e lúdica, relevou os apoios aos estabelecimentos do concelho através da atribuição de proteção individual distribuído e apoio à reabertura dos estabelecimentos de ensino pré-escolar com a realização de testes de diagnóstico da Covid-19 e a higienização dos espaços. Deu nota da retoma do programa "Lousã a Mexer" com todas as medidas de segurança exigidas. Por fim, felicitou o Executivo pela forma como assinalou eventos de extrema importância para a vila e que este ano, infelizmente, não se puderam realizar. Realçou as comemorações da Senhora da Piedade, e a Feira Anual de S. João que foi possível em segurança e em casa, lembrar a noite das Marchas Sanjoaninas, reviver a "noite da Travessa" e relembrar os prémios Lausus e as personalidades de relevo do concelho. -----

Sérgio Pedroso usou da palavra começando por dar os parabéns aos Lousanenses, bem como à Autarquia, pela postura que têm tomado face à pandemia da Covid-19. Em relação a este assunto perguntou se o município tem um levantamento das empresas e famílias afetadas por esta pandemia e quais os procedimentos que a Câmara está a pensar por em prática.

Jacus)

Perguntou quanto a potencial desemprego se já possuem números efetivos e se já existe algum plano/procedimento a ser implementado pela Autarquia. Em relação às Obras que se verificam em diversos pontos do concelho pergunta o porquê de se ter estreitado tanto as vias pois nalguns pontos mal passam as viaturas tendo que subir os passeios. Em relação à Rua do Comércio, perguntou se for necessário agir numa eventual emergência e na qual seja necessário acionar a viatura de incêndio urbano se a mesma consegue passar pois parece-lhe que esta artéria está bastante "afunilada". Quanto aos estacionamentos defendeu que na Rua Dr. Henrique Figueiredo deveriam ser considerados em espinha, por isso perguntou se é esta a mesma opinião da Autarquia. Em relação ao acesso ao Mercado Municipal e estando e bem a ser feita uma entrada controlada de pessoas perguntou se não se podia passar a fazer esta mesma entrada pela parte de trás do mesmo visto que as pessoas passam alguns minutos em pé e ao sol e fazendo a entrada pela parte de trás do mercado talvez estivessem mais protegidas. No que diz respeito à limpeza do concelho disse – citando: "entristece-me ver que temos um país onde obrigam os particulares e empresas a cumprirem com as limpezas de terrenos num tempo em que mal têm para sobreviver e vemos que o próprio Estado e Município não o têm feito! Temos bermas e passeios que estão num estado lastimoso, é só dar uma voltinha mais atenta pelo concelho para ficar a par desta triste realidade." Ainda no que à limpeza diz respeito afirmou que se constata que os ecopontos bem como os caixotes do lixo nunca estiveram tão sujos e a cheirar tão mal como o têm estado no presente. Questionou por isso, citando: "Será que o dinheiro que todos pagamos não estará a ser empregue nesta situação porque para além de dar uma imagem má para o concelho também é um problema de saúde pública!" Em relação ao São João, deu os parabéns à Autarquia e ao Jornal "O Trevim" pelas iniciativas tomadas através das redes sociais, e ainda a todos os intervenientes nestas iniciativas, desejando que para o ano seja um São João memorável! Questionou o ponto de situação do Metro Bus. Concluiu a sua intervenção dizendo – citando: "tivemos conhecimento que os municípios vão poder reprogramar "numa questão de semanas" 350 milhões de fundos da União Europeia para áreas prioritárias como a Educação, Regeneração Urbana e Saúde, dinamizando a economia local. Vinha saber se o Município da Lousã já tem delineadas as suas prioridades."-----

Joel Fernandes interveio começando por dizer que tiveram boas notícias sobre o Metro Bus. O processo que estava em Tribunal que impedia o prosseguimento das obras Serpins – Alto de S. João, está concluído e as obras vão ter início no próximo mês de julho, segundo informação veiculada nos órgãos de comunicação social e, também, já foi anunciado um novo concurso público para o troço que ligará o Alto de S. João á Portagem. Sobre as obras de Regeneração Urbana, disse congratular-se enquanto morador numa rua intervencionada e onde foi possível reduzir substancialmente a velocidade de carros e, neste momento também já se vê, tanto na Rua do Comércio, como na Rua Dr. Pires de Carvalho, pessoas a circular com carros de bebé, impensável anteriormente. No seu entendimento, o pavimento anterior não era calçada portuguesa, pelo que deixou o esclarecimento para o Senhor Presidente da Câmara. Elogiou e enalteceu a possibilidade de vivência pedonal, não apenas nestas ruas mencionadas, mas em outras em que, igualmente, possa vir a ter este tipo de intervenção que oferece mais conforto e segurança. Por último, referiu-se à APIN relembrou os procedimentos que o processo teve, começando pela sessão de esclarecimentos que teve lugar em Vila Nova de Poiares, a aprovação por unanimidade por parte desta Assembleia Municipal, que em doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, mas antes desta aprovação, no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, a assembleia já tinha autorizado, votando por unanimidade, a Câmara Municipal a diligenciar para a constituição da empresa e para integrar um sistema intermunicipal de água, saneamento e recolha de resíduos. Recordou ainda que na sessão da assembleia de doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, foram apresentadas todas as dúvidas existentes e prestados os esclarecimentos solicitados pelos diversos membros. Salientou que houve consenso entre todos sobre a necessidade que sentiam no sentido da evolução para outro sistema porque tinha que haver outra solução dado o estado da rede de abastecimento e as necessidades de intervenção e por conseguinte, investimentos. O Grupo Municipal do PS encontrou uma solução que correspondeu a alguns critérios exigidos, entre outros, sublinhou que fosse

waser was

Washey

constituída 100% pelos municípios, o que foi cumprido. Realçou que os municípios integram os órgãos de gestão, mas não recebem qualquer remuneração por isso, e teria sido muito mais difícil executar a alteração de tarifário que aconteceu, caso assim não fosse, uma vez que o tarifário apresentado inicialmente e aprovado por unanimidade era muito mais elevado do que aquele que está agora em vigor, tarifário social e tarifário não-domésticos e são muito mais favoráveis do que o tarifário aplicado pela Câmara Municipal da Lousã. Recordou que os municípios de forma individual não podiam aceder aos fundos comunitários, quer por diretivas do Estado, quer por diretivas da União Europeia, sendo esta outra razão que impulsionou à agregação de municípios. Desta adesão já resultou a garantia de EUR: 2.600.000.00 (dois milhões e seiscentos mil euros) para os próximos cinco anos para a Lousã que irão ser investidos para as necessidades identificadas na rede de água, saneamento e recolha de resíduos. A entidade reguladora impõe regras sobre os tarifários cujas receitas têm que cobrir 90% dos custos. Interpelou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para questionar se entrou alguma proposta por escrito, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, dado ter sido dito que foi retirado um ponto da ordem de trabalhos da sessão de maio. ----

Ana Paula Sançana usou da palavra começando por dizer que embora tenha sido um ano escolar atípico, e uma vez que estão no polivalente da Escola Secundária da Lousã, o Grupo Municipal do PSD da Lousã deixa uma palavra de apreço ao Agrupamento de Escolas da Lousã, a todo o corpo docente, aos funcionários/colaboradores e, igualmente, um apreço aos alunos, quer aos que ficaram em casa, quer aos que tiveram, por consequência do seu plano letivo, que regressar, porque foi um ano difícil considerando que para as crianças e pais, foi um período de adaptação complicado, mas que, por outro lado, também, teve muitas coisas boas, seguramente, maior convivência, o que também faz falta. Seguidamente, entendeu por bem dar resposta a algumas questões às intervenções anteriores, esclarecendo que, citando: "não foi retirada nenhuma proposta da apresentação da petição, esta proposta simplesmente foi negada na reunião de Conferência de Representantes. Eu tive oportunidade de demonstrar o meu desagrado pela ausência do seguimento da petição apresentada pelo Movimento

Espontâneo de Cidadãos da Lousã que versa sobre a APIN e que foi entregue e dirigida a este órgão, formalmente, durante o mês de maio. Na última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente deu conhecimento que tinha recebido a petição mas, a partir daí, também, deu conhecimento ao movimento que tinha recebido a petição. A petição entrou e ficou conforme entrou. Na reunião de Conferência de Representantes eu propus a introdução da discussão da petição num ponto específico da ordem de trabalhos, de forma a dar cumprimento ao que o Regimento da Assembleia Municipal prevê no seu artigo 7°, n° 1, alínea h) – "encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma". Esta proposta não foi acolhida, aliás, foi acolhida pelo BE e CDU. Dar conhecimento que se recebeu uma petição no nosso entender não é exatamente a mesma coisa que encaminhar e daí faço a questão: para que serve então uma petição..." Nesta mesma reunião foi-lhe dito que não havia necessidade de incluir um ponto específico, uma vez que o assunto poderia ser abordado no período antes da ordem do dia. Demonstrou por isso a sua veemente indignação pela atitude tomada porque, além do mais, foi confrontada com argumentos que lhe custavam a aceitar. Discutir uma petição, não significa que se concorde com ela ou não, mas, no seu entendimento era fundamental discutir o seu teor. Sublinhou que não estava a dizer que era a favor da petição, antes porém, que, uma vez apresentada deveria ser colocada à discussão. Também, afirmou, não colhem os argumentos de falta da presença de público e da comunicação social por via das regras de restrições decorrentes da pandemia, porque o espaço de que dispõem seria suficientemente seguro para os receber. Discordou com o facto de ter sido negada a presença da comunicação social que havia solicitado, previamente, a sua presença na sessão. Tem conhecimento que depois sai um comunicado de imprensa na comunicação social, disse que o PSD, também, pode fazer o mesmo. Aproveitou a ocasião para dizer que o Portal do Município da Lousã deveria ter um espaço reservado ao estatuto do direito à oposição. Disse que, citando: "o Grupo Municipal do PSD não concorda com esta ordem de trabalhos e teve a oportunidade de endereçar um email ao **Senhor Presidente da Assembleia** para dar nota desta posição. Este movimento é legítimo porque o direito à petição está consagrado na Constituição". Demonstrou a sua discordância sobre a forma como a Mesa da

many many

Wase ?

Assembleia decidiu e contra argumentou sobre a matéria constante da petição e da legitimidade dos cidadãos que a compõem e não ser desculpa não haver público presente, motivo pelo qual o assunto não era discutido. Disse ter esperanca que numa próxima assembleia que este assunto seja meritório de atenção de todos, porque são eleitos pelas pessoas que também estão a reclamar. Concluiu dizendo que não compactua com os argumentos que foram apresentados para este ponto não ser inserido, era exatamente isto que pretenderam dizer. Sobre a aprovação do PSD à integração da APIN, afirmou que foi precisamente baseado nos argumentos referidos por Joel Fernandes, nomeadamente, pela falta de acesso aos fundos comunitários e tarifários. Disse que o PSD concordou com todos esses pressupostos. Se é necessário haver agregação de municípios para aceder a fundos comunitários, significa que alguma coisa não está a funcionar bem, na medida em que existem municípios que não estão agregados e fazem os seus investimentos sem recorrer a fundos comunitários. As populações começaram a insurgir-se contra a APIN por causa do mau serviço prestado, nomeadamente, faturação e más cobranças, entre outras questões. O número de agregação de municípios tem sofrido ao longo dos meses flutuações e as indemnizações, também, não são tão lineares como se afirma, porque, segundo o parecer do Sr. Prof. Dr. Veiga e Moura, não havendo entrada de capitais privados, não tem que haver lugar a indemnização. Sobre a legitimidade da APIN, relativamente à forma como foi feito o Contrato de Gestão Delegada que deveria ser, segundo este mesmo parecer, subscrito por uma entidade titular do Sistema Intermunicipal e que não foi constituída, o PSD mediante este cenário questiona se o processo está a ir no bom caminho. Afirmou que isto não é de todo uma questão política, é uma preocupação para o futuro. Sublinhou que interessa ao PSD que a APIN funcione, foi para isso que votaram com os pressupostos que lhes foram apresentados e admitiu não ter tido tempo útil para ler toda a documentação, nomeadamente os tarifários todos, porque não são profissionais da política, nem tão pouco imaginava que isto la acontecer. Disse acreditar que todos os Presidentes de Câmara que estão envolvidos nesta fase da APIN estão com a "maior boa vontade do mundo", só que ninguém pode dar garantias de nada e quando estes não estiverem no Poder, será que não vão entrar capitais privados, questionou.

leave

Reiterou que estas questões têm que ser todas bem esclarecidas, na assembleia, junto dos movimentos, e junto da população para que acabe todo este ruído de fundo.

João Pedro Melo interveio começando por afirmar que embora não o tivesse feito em tempo útil, não queria deixar de apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento, no dia treze de março, do Lousanense João Carlos Tavares Henriques, Provedor Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã. Disse conhecer muito bem, foi escuteiro consigo, e participou nas equipas de salvamento que acudiram ao acidente que ele teve, sempre foi uma pessoa enquanto adolescente, muito ativo, depois das limitações com que ficou decorrentes desse acidente "não virou a cara à vida" e todo o resto da sua vida até à morte foi dedicada à luta pela melhoria das acessibilidades e integração de pessoas com incapacidade na sociedade, citando: "em dois mil e seis toma posse como Assessor do Provedor, José Carvalhinho, cargo que exerce até dois mil e onze, altura em que assume interinamente a Provedoria. Em dois mil e doze toma posse como Provedor onde se mantém até à sua morte. Era membro da direção da SUPERA, era muito ativo na defesa da inclusão, sendo presenca habitual nas escolas do concelho em ações de sensibilização, bem como em fóruns sobre a temática da acessibilidade e turismo. Aqui dizer que, por tudo aquilo que ele fez por esta causa enquanto foi vivo, aqui merece ser recordado e até deixo sugestão, talvez a Comissão de Toponímia pensar nesta pessoa". Depois, referiu-se à possibilidade do encerramento do Hospital dos Covões, questão esta que tem sido cada vez mais abordada na região de Coimbra. Apesar de não ser o hospital de referência da Lousã, se vier a ser limitado na prestação de serviços qualificados ou, no limite, encerrado irá congestionar o Hospital da Universidade de Coimbra e está em causa a saúde de todos, incluindo os Lousanenses, daí que manifestou a sua oposição. Referiu-se ainda a este período da Covid-19 e registou o esforço e a resiliência dos Lousanenses, manifestando o apreço pelo trabalho realizado pela Câmara Municipal e seus colaboradores, pelos bombeiros, por todos os funcionários e direções das IPSS's, pelas Juntas de Freguesia, porque todos deram as mãos e dessa forma tem-se conseguido dar corpo a esta batalha. Frisou, no entanto, que a guerra ainda não terminou e não é altura de baixar os braços e a guarda, há que



continuar com esta defesa. Sobre o Metro Bus congratulou-se com a abertura do concurso para a realização da empreitada do troço de adaptação da ferrovia da Lousã entre a Portagem e o Alto de São João, e a obra estará brevemente no terreno. Relativamente à APIN afirmou que pouco mais há a falar, no entanto, disse: a opção por este tipo de empresas é para dar escala, uma vez que as Câmaras Municipais não têm receita para fazer os investimentos que são necessários numa perspetiva de futuro. Considera que é um setor estratégico, que exige muito e tem sido um caminho muito sinuoso. Assumiu que foram cometidos alguns erros, mas o objetivo é claro e está à vista de todos desde que estejam bem informados. Os cidadãos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal foram eleitos para, em nome do povo, tomar decisões como esta. Foram tomadas, umas a favor, outras contra, na posse de todos os elementos. O PSD, se não teve tempo para ler os elementos que lhes foram disponibilizados não pode vir agora aqui para a assembleia fazer um "teatro de vitimização quase defesa de Penacova". Informou que esta agregação possibilita concorrer às linhas de financiamento comunitário e ainda na semana passada falaram de trinta e sete milhões, ¼ do total da verba que atribuída aos municípios do País. Esclareceu e sublinhou que, neste momento, são onze municípios que fazem parte da APIN. Afirmou que o PS está sereno com decisões difíceis, mas não volta atrás, e não tem tempo para "populismos" apenas para levar a Lousã em frente. ------Ana Paula Sançana pediu a palavra ao abrigo da alínea h) do artigo 28º do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã, para se dirigir diretamente a João Pedro Melo e dizer que "não estamos aqui a fazer teatro" e não estão em "vitimizações". Protestou contra as palavras proferidas nesta assembleia e que lhe foram dirigidas, dizendo que o elemento do PS, pode não concordar com a sua intervenção, com o seu pensamento e com a sua franqueza quando afirmou que não teve tempo para ler todos os documentos, mas isso não lhe dá o direito de dizer que está aqui a fazer um teatro de vitimização em favor de Penacova, apenas está a favor de que se discutam as coisas com seriedade na Assembleia Municipal. Disse estar muito dececionada com o tipo de comentário, entendendo que não merecia esse tipo de desconsideração.-----

a plany

Aires Ventura pediu, igualmente, a palavra ao abrigo da alínea h) do artigo 28° do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã, para questionar a intervenção de Joel Fernandes porque da forma como interveio pôs em causa a intervenção dos outros elementos que usaram da palavra em relação à APIN e chamou a atenção para o facto de ter votado a favor da constituição da APIN, mas não "deram carta-branca" e, na altura em que o assunto foi discutido, dizia-se que o aumento andaria à volta de 10% e que não havia nenhuma intenção em entregar serviços aos privados e, parte dos serviços foram entregues aos CTT. Concluiu dizendo que não é verdade quando se afirma que só é possível apresentar candidaturas aos fundos comunitários com os municípios agregados.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para afirmar que a Assembleia Municipal é, enquanto órgão deliberativo municipal, tendo em conta as suas competências, um órgão que nos merece todo o respeito e consideração. Disto compreenderão que as formalidades e requisitos associados ao funcionamento das sessões, nomeadamente, os relacionados com a inclusão de pontos na ordem de trabalhos, têm como principal objetivo ou lógica subjacente garantir a dignidade e elevação deste órgão, atendendo às responsabilidades associadas aos assuntos tratados. Referiu que a Conferência de Representantes dos vários Grupos Municipais reúnem numa perspetiva de preparação dos trabalhos e cooperação, cujas recomendações de consenso, ou falha dele, por maioria, assumem natureza facultativa, nos termos dos artigos nº 50° e 51° do Regimento da Assembleia Municipal. Ora, é em última instância da competência da Mesa, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 7º do referido Regimento, citando - "elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição" (fim de citação). No cumprimento do estipulado no artigo 16° do referido diploma, podendo incluir os pedidos apresentados por escrito com antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião ordinária. Referiu que tal não aconteceu, não podendo esta assembleia ignorar os pressupostos procedimentais face ao exposto, sob pena de comprometer a validade dos seus atos. Quanto à petição, a Mesa admite não ter ainda elementos suficientes que permitam ter condições para um pronunciamento formal. A legislação parece lacunosa. É necessário um estudo ou reflexão/exame e ponderação, cuidado que deve ser proporcional

Wholes)

O Senhor Presidente da Câmara em resposta ao pedido de informações disse: A Aires Ventura que a APIN não entregou os serviços a privados, apenas contratou um serviço de atendimento e distribuição postal, pelo período de um ano, o que a Câmara Municipal da Lousã já vinha fazendo a esta mesma entidade, para a distribuição postal. Disse que, contrariamente ao que afirmou, não esteve presente na sessão em que a Assembleia Municipal aprovou a adesão a APIN, foi outro membro do BE que esteve presente e votou favoravelmente. Eventualmente, por essa razão, diz que a APIN tinha um "tarifário escandaloso", porque os documentos foram todos submetidos, inclusivamente, os tarifários, e foram aprovados por esta assembleia. Adiantou ainda que os documentos foram todos remetidos em onze de setembro do ano de dois mil e dezoito e, posteriormente, foram votados a doze de dezembro do mesmo ano. Acrescentou que foram distribuídos, previamente, numa sessão de esclarecimento específica e convocada para o efeito. Disse que o Executivo Municipal também está satisfeito com a abertura do pontão do Boque, era um objetivo de há algum tempo, e veio beneficiar a circulação rodoviária entre as Freguesias de Serpins e Vilarinho. Agradeceu a compreensão que a população manifestou durante os eventuais transtornos no período de intervenção da obra. Relativamente às obras de Regeneração Urbana, deu nota de que o tempo de execução não está a ser cumprido, há alguns atrasos, mas a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar as diferentes obras que estão a decorrer, segundo a especificidade e necessidade de cada uma e a diligenciar no sentido de serem, tanto quanto possível, mais céleres. Sobre as notificações dos proprietários confinantes com as linhas de água disse ser da responsabilidade e competência do SEPNA -Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente. Relativamente à desagregação das Freguesias de Lousã e Vilarinho, informou que a Câmara Municipal tem acompanhado o processo de acordo com o compromisso que assumiu desde sempre. As informações que tem da parte do governo é que a

Judue)

vontade política se mantém, as diligências estão a ser desenvolvidas, pelo Ministério da Administração Pública e das Autarquias Locais e da Secretaria de Estado das Autarquias Locais em conjugação com os Grupos Parlamentares, recordou que o processo terá que ser submetido à Assembleia da República, aguardando com esperança que os partidos possam aprovar esta lei e que, os órgãos das Freguesias e Executivo Municipal se manifestem favoravelmente, como já o fizeram mais do que uma vez, a fim de que seja possível o processo estar concluído aquando das próximas Eleições Autárquicas no ano de dois mil e vinte e um. Informou António José Gonçalves que já lhe foram remetidas as informações que solicitou e caso tenha mais algum pedido de esclarecimentos a fazer, poderá apresentá-lo. Os documentos que lhe foram remetidos estão de acordo com as informações dos técnicos das diversas áreas da Câmara Municipal e contêm os respetivos despachos. Sobre a iluminação de Natal esclareceu que o serviço prestado foi de natureza diferente, nomeadamente, a quantidade de material utilizado e a empresa adjudicada foi por substituição à impossibilidade apresentada pela empresa do Concelho da Lousã. Sobre a relva sintética, informou que no Campo do Clube Desportivo Lousanense e no Clube Académico das Gândaras, foi paga pela Câmara Municipal com algum financiamento associado, aqui, no espaço cedido pelo Ministério da Educação, quem paga a relva sintética são os promotores do espaço de acordo com o protocolo assinado pela Direção do Agrupamento de Escolas, em representação do Ministério da Educação, a Câmara Municipal e a própria entidade. Relativamente às janelas do Edifício dos Paços do Concelho informou que, citando: "quando e se chegar o tempo, isto será visto e quem estiver responsável pela entidade". Informou que o Conselho Municipal da Juventude vai ser realizado no dia oito de julho e, atendendo ao universo de pessoas que abrange vai ser por videoconferência. Relativamente aos arranjos dos caminhos florestais está em trabalho no terreno a motoniveladora, depois a intervenção será complementada ainda com outra máquina. Sobre o Centro Social da ADIC, disse ser com gosto que o Executivo verifica a capacidade que a instituição tem evidenciado a vários níveis e na construção deste empreendimento e por esse motivo aprovou este apoio financeiro a fim de prestar o seu contributo para a concretização do equipamento, importante para o concelho e para a região. Disse estar

satisfeito com as obras de regeneração urbana na Lousã gostaria é que já estivessem concluídas. Confirmou que as vias rodoviárias estão a diminuir a sua largura, os projetos foram publicitados e apresentados à população e as barreiras físicas existem para que os automobilistas respeitem o espaço dos peões e quem anda a pé reconhece as vantagens na realização destas obras. É importante que os condutores circulem a menor velocidade e que se privilegie a circulação pedonal e em muitas destas zonas podem já circular bicicletas. Fez um apelo à compreensão de todos para o processo de evolução da introdução de mudanças, nomeadamente na utilização do espaço público e circulação rodoviária que vai provocar alteração de hábitos e de vícios que foram sendo criados ao longo dos anos. Relativamente a ciclovias, informou toda a assembleia que existem duas candidaturas aprovadas no âmbito da mobilidade urbana sustentável, onde a circulação pedonal e ciclável ainda se vai tornar mais visível e com mais barreiras para a circulação automóvel. Sobre as questões da calçada disse já ter referido na última reunião que questões estéticas e gosto não discute, mas relativamente ao conforto e á segurança é inquestionável. Agradeceu em nome do Executivo e Juntas de Freguesias as ações que têm sido levadas a cabo para proteção das pessoas e promoção da saúde pública durante a pandemia da Covid-19. Sublinhou, no entanto, a responsabilidade individual e coletiva de não ser tempo de relaxar porque o coronavírus é uma presença nas sociedades. Confirmou que existe registo das famílias que estão a depender de apoios e relativamente às empresas, também, existe informação. Não tem atualização de dados do desemprego, embora os dados de que dispõe apontem para um agravamento. Informou que os carros de bombeiros circulam na Rua do Comércio, e que a Rua Henrique Figueiredo vai ficar com estacionamento em espinha, no sentido de se tornar mais prático e adaptado ao espaço, e que a limpeza de bermas e passeios é uma atividade cada vez mais difícil. As Juntas de Freguesias são responsáveis pela dimensão deste trabalho e não é tarefa fácil porque não são usados químicos e com as condições climatéricas existentes é necessário proceder à limpeza com maior regularidade e os meios humanos não são ilimitados. Relativamente à limpeza dos Ecopontos, informou que é da competência da ERSUC, foram lavados no

mês de abril e os contentores do lixo também foram lavados no mês de abril



wadw >

pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Deixou um reparo sobre a falta de cuidado por parte de cidadãos e de pessoas dos estabelecimentos comerciais, que não têm o cuidado devido na seleção e colocação do diverso lixo, nos ecopontos, colocando-o de forma direta nos contentores, contudo, ainda durante o verão será feita nova lavagem de contentores. Sobre a reprogramação de fundos comunitários, anunciou que já existem projetos a candidatar, nomeadamente, o Jardim-de-Infância de Serpins e a requalificação e beneficiação da Escola Secundária da Lousã. Informou que foi lançado o concurso público, ontem, para a obra do Metro Bus, a empreitada constituída pelo troço urbano Portagem - Alto de São em Coimbra, parte do antigo Ramal da Lousã que poderá ser consignada para o próximo mês de julho e de seguida o início de obras no terreno. Associou-se ao Voto de Pesar pelo falecimento de João Henriques, dando nota de que a Câmara Municipal já tinha, formalmente, aprovado um Voto de Pesar, a este cidadão que se destacou entre outras atividades pela defesa das questões de incapacidade e acessibilidade, tendo sido Provedor Municipal das Pessoas com Incapacidade do Município da Lousã e que merece este reconhecimento. Sobre a APIN, afirmou que é o assunto mais falado, nesta assembleia nos últimos tempos com a discussão e esclarecimentos sobre todas as questões colocadas ao longo das reuniões. Para além do já referido, relativamente aos CTT e ao tarifário, disse em relação ao processo de saída do Município de Penacova, cujo presidente do Município, foi Presidente do Conselho de Administração da APIN, sublinhando que ainda não saiu, continua a ser membro de pleno direito, e nessa qualidade continuam a ser aplicados os tarifários da APIN e continuam a ser onze municípios que fazem parte da APIN, apesar de ser legítima a sua saída, situação que nunca esteve em causa. Informou que a APIN é que paga o abastecimento em alta relativamente ao abastecimento dos munícipes em Penacova, e um conjunto de outras situações, como saneamento e resíduos, no Município de Penacova. Reiterou a informação que já prestou anteriormente de que para sair, terá que pagar o valor da respetiva indemnização fixada pela lei e pelo contrato. Informou ainda que o Município de Penacova participou, de acordo com a lei, na Comissão que foi criada no âmbito da APIN, nas reuniões onde esteve a entidade perita independente à APIN e o Município de Penacova. A

way?

metodologia foi apresentada, as reuniões decorreram, os elementos solicitados foram fornecidos, e o montante de indemnização que foi tornado público a semana passada, resulta de todo o trabalho referido de uma Comissão criada para o efeito, com critérios técnicos e pressupostos de acordo com a lei. Acrescentou ainda que o Município de Penacova, participante na Assembleia Geral, deliberou a votação da contratação do perito independente. Sobre a questão de que quem garante que não entram privados, respondeu dizendo que esse tipo de decisões dependem das votação das Assembleias Municipais e portanto, os membros eleitos pelo povo são soberanos para decidir essas matérias. Relativamente a uma entidade que Ana Paula Sançana disse que não foi constituída, esclareceu que essa entidade não tem qualquer fundamento para aquilo que foi enunciada. Os municípios ponderaram a criação de uma entidade desse género, ao nível da gestão se tivesse sido criada, seria muito mais ágil, não obstante e, deliberadamente, os onze municípios decidiram assim para que as decisões ficassem no controlo dos órgãos autárquicos.-----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 3 (três)).-----

Inscrições: Aires Ventura, Isabel Neves, António José Gonçalves, Paulo Simões, Joel Fernandes e Dilene Gonçalves. -----

Aires Ventura usou da palavra dizendo que o assunto que iria apresentar prende-se com a atividade municipal, embora em nada tenha a ver com a informação escrita disponibilizada. Deu nota que as populações dos lugares dos Pegos e Padrão reclamam já há alguns anos por uma entrada direta no nó dos Pegos, da via rápida da EN342, no sentido Pegos – Miranda do Corvo. Disse que a falta desta entrada tem prejudicado de forma significativa a quem se quer deslocar de forma mais rápida no sentido de Miranda do Corvo e tem levado a situações perigosas podendo causar acidentes graves por condutores menos cautelosos. A via rápida, embora não esteja sobre a tutela da Câmara Municipal, mas esta tem o dever de pressionar as entidades competentes, até porque esta obra estava incluída no Caderno de Encargos

quando o projeto da via rápida foi aprovado. Em seguida, referindo-se a legislação específica disse que há obrigação legal de publicitação das deliberações e decisões dos Órgãos Autárquicos, Executivo e Deliberativo, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa em órgãos de comunicação social da região, situação esta que no seu entendimento não está a ser cumprida.-----

Isabel Neves interveio cumprimentando a todos com especial referência ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas pela cedência das instalações da Escola Secundária da Lousã para a realização desta sessão da assembleia. Seguidamente, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao ponto de situação da pandemia no Concelho da Lousã e da Região Centro, nomeadamente quanto à última atualização de dados, se houve aumento de casos de infeção da Covid-19 no concelho, se há recuperados e quantos mais ativos existem atualmente e se algum dos infetados tenha estado em perigo de vida e ainda se ao nível da CIM-RC tem havido aumento de infetados ou se, pelo contrário, os dados indiciam a diminuição ou a estagnação das infeções.

António José Gonçalves interveio dizendo que a sua exposição era fora do contexto da atividade municipal, mas, ainda assim, entendia por oportuno transmitir ao plenário que, recorrentemente, alguns elementos do Grupo Municipal do PS teimam em transformar esta assembleia num debate. Manifestou a sua indignação pelo facto de que após as intervenções do Grupo Municipal do PSD, haja elementos do PS que respondem em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Sugeriu ao Grupo Municipal do PS que, se assim o entenderem, poderão fazer debates com a presença de público, mas fora dos trabalhos da assembleia. Dirigindo-se ainda ao Senhor Presidente da Câmara Municipal lamentou as respostas que deu às questões que por si lhe foram colocadas e por respeito ao PSD e a toda a assembleia devia ser mais concreto e objetivo nas respostas que presta. Concluiu dizendo que lamenta ainda que esteja mal assessorado, porquanto o orçamento da iluminação de Natal, não corresponde à realidade.

Paulo Simões usou da palavra para felicitar a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, os seus técnicos e Conselho de Administração pelo facto de terem tido a capacidade de captar um encaixe financeiro no

valor de trinta e sete milhões de euros, dos quais, vinte e dois milhões de euros são provenientes de fundos comunitários. Disse não haver margem para erros que o projeto APIN sai reforçado porque não se atribui esta importância a uma entidade ou organismo adoc e a APIN "não foi criada em cima do joelho".

Foi importante contar com a presença do Senhor Ministro do Ambiente, na assinatura dos contratos de trinta e sete milhões de euros de investimento que havia para os municípios de todo o país que se agregassem no domínio da água, com vinte e dois milhões de fundos comunitários, citando: "quase $\frac{1}{4}$ desse dinheiro foi afeto ao nosso território, haverá legitimidade da APIN com certeza. Senhor Presidente, estas notícias são muitíssimo importantes mas também, na minha opinião, é importante informar e dar a conhecer a todos os munícipes e aos elementos da assembleia municipal que a APIN neste momento está a dar passos a nível interno, está a organizar-se. Tenho conhecimento de causa de algumas situações porque trabalho diariamente com alguns elementos da APIN". Pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar a assembleia do que a APIN tem feito internamente, nomeadamente, se já contratualizaram pessoal, aquisição de viaturas e material, instalação de polos e fardamentos. Disse ainda que tem conhecimento que há muito trabalho que está a ser feito de retaguarda. Assegurou que a APIN está a funcionar e bem, e vai funcionar bem no futuro e servir a população. Sobre o Metro Bus, referiu que foi dado um passo mais importante neste processo com o lançamento do concurso público para a obra entre o Alto de S. João e a Portagem, em Coimbra e tudo aponta para que ainda no mês de julho irá ter início as obras da área não urbana do Ramal da Lousã, até Serpins. Disse que é hora de acreditar cada vez mais nestes projetos e todos remarem no mesmo sentido para que num futuro muito próximo a Lousã tenha mais um serviço de transporte público, melhores serviços de água, saneamento e recolha de resíduos.-----Joel Fernandes usou da palavra para dar continuidade à sua intervenção

Joel Fernandes usou da palavra para dar continuidade à sua intervenção anterior e esclarecer que não concebe uma assembleia sem debate. Recordou que já aconteceu em assembleias anteriores haver defesas da honra, apenas por ter sido referido o nome de algum elemento da assembleia. Pessoalmente, sente-se confortável com a referência à sua pessoa porque entende que é por essa razão que fazem parte da assembleia. Disse que não



as Wade

são profissionais da política, mas têm o dever de analisar tudo segundo as suas capacidades. Sublinhou que enquanto membros da assembleia têm a obrigação de tentar esclarecer aqueles a quem servem. É importante que todos tenham factos importantes a acrescentar para que a empresa APIN possa melhorar e funcionar o melhor possível. Não concebe é que haja pessoas que são contra a APIN por nenhuma razão em especial, mas apenas para se aproveitarem dessa posição. Relativamente à votação para a agregação à APIN, recorda-se de ter dito que se algum dia fosse membro da Assembleia Municipal e houvesse alguma tentativa de privatização da empresa, estaria contra. Adiantou ainda que a possibilidade de entrar outro parceiro na sociedade passa por votação no Órgão Deliberativo e por unanimidade. Deu ainda nota de que na anterior sessão da assembleia passou para fora, a informação de que o Grupo Municipal do PS pressionava o Município de Penacova para sair da APIN, contrariamente ao que foi dito durante os trabalhos. O que se pretende transmitir é que se houver algum prejuízo à empresa e restantes municípios pela legítima posição de Penacova, esse prejuízo terá que ser arcado por quem quer sair, não pelos outros e não existe qualquer julgamento a posições tomadas por outro município. ------Dilene Gonçalves usou da palavra para dizer que esta sua intervenção pretende salientar alguns aspetos da informação financeira: até ao dia trinta e um de maio verificam que há uma redução dos impostos diretos de 25,91%. Existe uma redução de taxas, multas e outras penalidades de 14,86%, isto significa uma redução de receitas de 40%. Esta diminuição da receita é uma consequência da situação atípica que vivemos. Por outro lado, em resultado das despesas que o município teve que assumir para a prevenção, controlo e mitigação da pandemia verifica-se que no período em análise, a despesa corrente superou a receita corrente para quem acompanha os elementos financeiros sabe que isto não é usual acontecer. Apesar de considerar que se perspetiva alguma melhoria nos próximos tempos será importante acompanhar esta evolução pelo impacto que terá na gestão do município.---O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentas. -----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se associar ao que foi dito aqui relativamente ao esforço da comunidade educativa, no que

respeita à adaptação a este novo processo de ensino que a pandemia veio obrigar. A Câmara Municipal tem feito o que é possível para acompanhar e mitigar as dificuldades existentes neste processo de ensino à distância. Fez uma menção à capacidade e qualidade dos serviços de saúde prestados à população e à desvalorização do Hospital Geral dos Covões com o consequente afunilamento e sobre utilização das instalações do Hospital da Universidade, em Celas, com todo o impacto indireto negativo que tem esta situação relativamente aos utentes do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra e em prejuízo dos cidadãos. Confirmou que é do conhecimento da Câmara Municipal que existe a falta de acesso direto no sentido Lousã – Miranda do Corvo, no lugar do Padrão e esta situação já foi apresentada mais do que uma vez às Infraestruturas de Portugal, no sentido de ser criado aquele acesso, no entanto, foi possível concretizar a entrada Miranda do Corvo -Lousã, também reivindicada, desde que foi construída a variante. Relativamente à publicitação das decisões do Órgão Executivo, deu como garantido que estão a ser cumpridas através dos meios existentes. Sobre o número de infetados no concelho, de acordo com a última informação da Autoridade local de Saúde que dispõe, o número acumulado de infetados são vinte, com quatro casos ativos e nenhum dos casos até ao momento identificado no concelho teve necessidade de internamento hospitalar. No que respeita à CIM-RC, os dados nos últimos dias têm estado estabilizados,

tendo aparecido já nesta semana três novos casos importados por pessoas que vieram de outros concelhos. Fez menção reconhecida à intervenção de

Paulo Simões sobre a revelação da notícia da APIN, e os trinta e sete milhões de euros de fundos comunitários. Disse estranhar o facto de tanto se ter falado

sobre esta empresa e ninguém ter abordado este assunto. Salientou a

importância de 22% dos fundos comunitários para o país serem entregues à APIN, o que no seu entendimento é revelador que se a entidade fosse ilegal

não teria sido possível entregar este valor de fundos comunitários. Acrescentou

ainda que de acordo com diligências feitas pelos municípios constituídos e

pelos órgãos de gestão da APIN, foi possível o Senhor Ministro ter assinado o

despacho de atribuir a fundo perdido a APIN um milhão de euros para que tenha sido possível o ajustamento tarifário que foi feito e permitir uma

adaptação tarifária mais suave relativamente ao que inicialmente estava

way way

hoon?

previsto. Informou que para além da cobertura de custos de 90%, o tarifário tinha essa componente, mas também tinha a vertente do autofinanciamento de investimentos que está presente em investimentos não apenas no tarifário mas também, em obra física nas redes. Assegurou que, conforme já tem dito em outros momentos, a APIN não teve o início desejado, desde logo, pelo processo de faturação que criou alguma contestação legítima no início porque havia erros. Neste momento a questão está regularizada. Estão a ser desenvolvidos outros trabalhos no plano de transição que foi devidamente contratualizado e protocolado com todos os municípios. Os municípios estão a assumir algumas tarefas da APIN e são ressarcidos por isso e, ao mesmo tempo, a empresa já está com processos de contratação pública e recrutamento de recursos humanos para as áreas de resíduos sólidos e urbanos, águas e saneamento e nos próximos dias haverá mais. A contratação de fardamento, também, está em execução e estão assinadas as consignações para as obras nos polos operacionais, nomeadamente, no polo da Lousã para que em termos de instalações físicas, a empresa figue autónoma o mais rapidamente possível. Também está em fase final um procedimento de contratação pública para aquisição de contentores e já está adjudicado um processo de lavagem de contentores que será assumido pela APIN. Deu nota de que a APIN, também, foi atingida pela pandemia da Covid-19, tal como outras empresas e organizações e teve alguma perturbação no seu normal funcionamento. Concluiu dizendo que é legítimo que todos contribuam de forma construtiva para que a APIN possa melhorar e prestar um bom serviço. -----PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----2 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2019, (doc. n° 4 (quatro)). ------Inscrições: António José Gonçalves, Sérgio Pedroso, Luís Martins e Dilene Gonçalves.----António José Gonçalves: prescindiu da palavra. -----

que afasta o risco de serem acionados os mecanismos de alerta precoce bem como por cumprir a regra de equilíbrio orçamental com uma boa margem cerca de EUR: 793.551. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que elucidasse o porquê de só se ter verificado uma execução de cerca de 14,49 % na função social do ordenamento do território, parecendo que se esteve sem executar obras no ano de 2019. Quanto às funções saneamento, abastecimento de água e resíduos sólidos, verificou execuções em relação ao ano anterior inferiores em 35 %, 11,50 % e 37 %, afirmando que houve uma grande quebra na execução destas mesmas funções, perguntando por isso se será que já não se investiu a pensar que a APIN o iria fazer. Afirmou que o Grupo Municipal do PSD sabe, também, que o município está muito dependente de fontes de financiamento externo logo e com muito receio daqui para a frente se os fundos comunitários acabarem, perguntou se o Executivo Municipal já pensou como será. Verificou que a receita total cobrada é superior à despesa total, ou seja estamos perante um Superavit, e por isso, começa a ficar preocupado com a governação socialista. Questionou se não estará na hora de com estes números poder ser equacionada a baixa de alguns impostos, a fim de proporcionar algum alívio à carteira das famílias e empresas. Em relação ao Balanço afirmou que o município pela "fotografia tirada" está a perder património, não fosse a aquisição da participação na APIN o património teria tido de 2018 para 2019 um decréscimo de quase 9% mesmo assim teve-o em quase 2%. Disse que no que diz respeito às dívidas de terceiros e ao seu acréscimo em 125,78 % estão

justificadas por serem na maior parte de novas candidaturas a fundos

comunitários. Já no que às dívidas a terceiros diz respeito, afirmou que o Grupo

Municipal do PSD se preocupa em ver que o município está a privilegiar as dívidas às instituições financeiras em detrimento das de fornecedores e de imobilizado, fornecedores estes que não são mais que munícipes lousanenses

entre outros. Enquanto as dividas a fornecedores aumentaram em cerca de

19,85 % ou seja um acréscimo na ordem dos EUR: 441.266,00 as dívidas de

empréstimos a médio longo prazo decrescem em aproximadamente 20 %

sensivelmente EUR: 514.866.00. Assim sendo, disse que não é de estranhar um

aumento no Prazo Médio de Pagamentos que em 2018 era de 34 dias para 47

dias em 2019. Prazo este que é já maior que o da média dos 308 municípios



Wadw?

portugueses que é de 45 dias. Realçou que a Autarquia já conseguiu e vangloriou-se na altura por ter este prazo nos 23 dias. Falando de rácios, disse que, também, o da Liquidez Geral e sobretudo o da Liquidez Imediata estão muito aquém da média nacional, ou seja, enquanto o da liquidez geral apresenta um valor de 120,56 % o que não é mau pois situa-se acima dos 100 % mas se comparado à média nacional está muito abaixo dos 233,99 % verificados, já no rácio da liquidez imediata o cenário é mais grave pois o rácio apresentado de 31,92 % contra 187,11 % da média nacional, representa que o município não dispõe de tesouraria para fazer face aos pagamentos a Terceiros de Curto Prazo. Outro rácio preocupante é o do endividamento que se situa nos 4,34 % contra os 2,78 % da média nacional. Concluindo, os rácios que estão acima dos da média nacional são mesmo aqueles que não interessam estar, e por isso espera que a autarquia consiga inverter estas situações. Afirmou que o Grupo Municipal do PSD continua a afirmar que o Relatório é explícito quanto às diversas rubricas da despesa mas não é elucidativo quanto ao desdobramento das mesmas. Aqui já foi justificado o porquê aquando da aprovação do orçamento para 2020 e dada a sua justificação e desdobramento pela autarquia o que agradece, pois ainda não tinha tido oportunidade de o fazer tanto à autarquia como à funcionária da contabilidade que se prestou a dar explicações sobre as rubricas que tinham sido interrogadas na assembleia realizada no dia onze de dezembro de 2019. Deixou uma opinião de que se poderiam começar a desdobrar em anexo essas rubricas para o relatório ser mais elucidativo. Concluindo e quanto ao Resultado Liquido, o Relatório de Gestão não é objetivo quanto ao Resultado Liquido apresentado de EUR: 907.561,78 negativo, sendo que as amortizações que por si só não são fator justificativo uma vez que elas representam em conjunto com os Resultados positivos os Meios Libertos para o município poder efetuar os seus investimentos, contudo também sabe que a não ser estas, o resultado seria positivo e sabe, também, que existiu uma melhoria comparativamente ao ano anterior. Referiu, ainda, e segundo o ROC estão inventariados mas não valorizados um conjunto significativo de bens do imobilizado o que fez com que o parecer do ROC tivesse essa Reserva o que não é bom para as contas e que a serem considerados esses valores, iriam com toda a certeza tornar o resultado ainda mais negativo. Afirmou que o PSD

gostava que o Relatório de Gestão fizesse menção como irá o município

inverter tal situação. Por estas razões, disse que o Grupo Municipal do PSD abstém-se quanto à Prestação de Contas de 2019. -----Luís Martins interveio para fazer menção de alguns pontos e análise da Execução Orçamental. Na execução da Receita quando comparado o Orçamento atualizado com a receita cobrada, verifica-se que o nível de execução na receita corrente é de 91.14%. As Receitas de Capital, a sua Execução é de 57, 84%, onde o Relatório de Gestão refere que estão transferências de capital por cobrar provenientes dos fundos nacionais e fundos comunitários. Por outro lado, na Execução da Despesa Orçamentada com as Despesas Pagas, o índice de pagamento está nos 83, 42% na sua totalidade. Sobre as Despesas Correntes do município, o índice de pagamento vai aos de 87, 97%, que são taxas bastante boas e favoráveis a nível da Execução do Orçamento de Despesa. Nas Despesas de Capital, o índice de pagamento está nos 68,40%, pois existe uma diferença face ao inicialmente previsto no Orçamento, nas rubricas de Aquisição de Bens de Investimento, que provavelmente foram retardadas para o ano de 2020. Avaliando a Execução do Orçamento, tendo por base a faturação emitida, o índice de Execução Física é superior e na sua totalidade está nos 91, 79%. Fazendo uma análise às Grandes Opções do Plano na sua Execução. A sua Execução Financeira do GOP na sua generalidade está nos 74, 71% e relativamente ao Plano Plurianual de Investimento é de 58, 97%, estacando alguns dos projetos

executados pelo município, nomeadamente: a Regularização de Rios e

Ribeiras, o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Remusealização e

acessibilidades dos Museus Louzan Henriques e Álvaro Viana de Lemos e a Rede Viária Municipal e o acesso ao Castelo da Lousã. Quanto às atividades

mais relevantes, são de 81,97% na sua execução onde destacou os valores

que estão despendidos na Educação: Programa de Promoção de Sucesso Escolar, Refeições Escolares, Transportes Escolares e Atividades em Tempos

Livres e Apoio à Família, são rubricas de função social da autarquia. Destacou, igualmente, outras funções económicas e sociais, nomeadamente os valores

despendidos no saneamento e aquisição de serviços de água e recolhas de

resíduos, na energia e iluminação pública e no turismo. Disse que se se tivesse

em consideração a despesa faturada, o grau de execução das Grandes

Many

Opções do Plano subiria para 86, 95% na sua totalidade. Deu ainda nota que o Relatório de Gestão indica que as transferências obtidas quer correntes, quer de capital, atingiram 50% do valor total da receita, pelo que o investimento municipal terá que ser executado, preferencialmente, por recurso a fundos comunitários ou a crédito, portanto dependente de fontes de financiamento. Portanto, será necessário continuar uma gestão eficiente do dispêndio dos valores dos dinheiros públicos e continuar a executar estratégias de desenvolvimento que levam a bom porto investimentos que são estruturantes para o município, sem com isso pôr em causa as disposições legais ou o equilíbrio financeiro da autarquia. Desde que sou membro nesta Assembleia Municipal, tenho testemunhado a verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, e a declaração de pagamentos em atraso apresentar valores nulos. Dois, dos vários indicadores mencionados neste Relatório que comprovam que existe rigor e estratégia bem definida em prol dos munícipes e não só, em prol de todos os intervenientes com o município, sejam eles trabalhadores da autarquia, fornecedores, credores, utentes e demais entidades que trabalham com a autarquia.----

Dilene Gonçalves interveio dizendo que em relação aos documentos de prestação de contas que foram apresentados referenciava alguns aspetos que considerava relevantes: o imobilizado continua a ter um peso relevante na estrutura do ativo, apresentando cerca de 90, 34%. O que tem um impacto direto nas amortizações do exercício e explicando assim o seu peso no total dos Custos e Perdas Operacionais. O passivo em 2019 teve um aumento de 7, 51% em resultado do aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, dos acréscimos e diferimentos. Os resultados operacionais em 2019 sofreram uma redução significativa por via do aumento dos fornecimentos e serviços externos, transferências e subsídios concedidos e custos com o pessoal. Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, verifica-se uma melhoria em relação a 2018, sendo negativo em cerca de EUR: 907.561.78. Uma melhoria substancial deste resultado não é fácil de concretizar, uma vez que é diretamente influenciado pelas **Amortizações** do Exercício, pelos fornecimentos e serviços externos, Custos com o pessoal, rubricas difíceis de reduzir sem colocar em causa a atividade municipal. As dívidas de terceiros aumentaram em EUR: 1.315.635.83, em relação ao ano anterior, em resultado

de um conjunto de candidaturas a fundos comunitários, aprovadas. O Município da Lousã cumpre o limite estabelecido da dívida total, o prazo médio de pagamentos é de quarenta e sete dias, e não são registados pagamentos em atraso.

midus)

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra começando por dizer que a preocupação do Executivo tem sido manter o equilíbrio entre o investimento, nomeadamente nas áreas críticas, o investimento na área social e o equilíbrio financeiro. Adiantou que não é possível a este tipo de municípios, com este universo de receitas próprias e despesas, manter sempre os mesmos indicadores e valores dos rácios e tem consciência que em alguns pontos, o Executivo Municipal pretende melhorar esses aspetos e ter outros indicadores e rácios em relação a algumas situações apontadas. Disse que já tinha assumido que, relativamente ao ano anterior, havia uma degradação no que respeita ao pagamento a fornecedores e, também, o prazo médio de pagamentos tinha tido um aumento relativo ao valor dos últimos anos praticados pela Câmara Municipal. Entretanto, o prazo médio de pagamento já sofreu uma alteração para melhor, depois de ter sido fechado o ano de 2019. Relativamente às execuções em algumas áreas, confirmou que uma percentagem mais baixa do ordenamento do território tem a ver com as obras de Regeneração Urbana e os valores com que estavam dotadas as rubricas e que depois, na prática, tiveram de execução e também, algumas áreas não têm o mesmo volume e tipo de intervenção todos os anos. Disse que nas áreas de água, saneamento e cultura existem valores diferentes aos anos anteriores, ou seja, tem a ver com a flutuação e balanceamento das disponibilidades e do que é possível executar em função de vários fatores, nomeadamente, a mobilização de fundos comunitários. Referindo-se ao montante da dívida a fornecedores externos, disse que na informação financeira evidencia-se a diminuição do valor comparativamente ao ano anterior. Confirmou que a autonomia financeira tem vindo a diminuir e têm sido implementadas algumas medidas no sentido de providenciar que o Município da Lousã e os municípios com este tipo de configuração consigam ter autonomia financeira e que se possa rever a configuração da lei das Finanças Locais. O resultado líquido do início do Exercício ficou plasmado por Dilene Gonçalves quais são as condicionantes que levam a que se tenha este valor. No seu entendimento,

algumas despesas não deveriam estar classificadas desta forma, antes, deveriam ser contempladas como investimentos, não é uma questão do Município da Lousã, é decorrente do funcionamento dos municípios e está estabelecido por lei própria. Os documentos apresentados evidenciam o equilíbrio entre o investimento que é robusto em várias áreas, nomeadamente, nas pessoas e o equilíbrio que é assegurado na gestão da autarquia e para além da ação do Executivo, salientou o trabalho da estrutura da Câmara Municipal e, em particular, nesta área financeira onde procuram executar o que é a melhor prática aos vários domínios. Informou que a apresentação da informação financeira encontra-se, neste momento, em alteração para o SNC-AP o que virá a tornar mais acessível a sua leitura e análise. -----

Colocada à votação os documentos de Prestação de Contas de 2019, foram aprovados por maioria, com dezasseis votos a favor do PS e seis abstenções do PSD e BE, quando estavam presentes vinte e dois elementos.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3 - Apreciação e votação da Nomeação de Marques Cruz & Associados -SROC, Ld°, como Revisor Oficial de Contas, para efeitos de auditoria externa -Ajuste direto nº 34/20 - Contratação de Serviços e Certificação Legal de Contas, (doc. nº 5 (cinco)). -----

Inscrições: Sérgio Pedroso. -----

Sérgio Pedroso usou da palavra para dizer que em relação à Nomeação do ROC, o Grupo Municipal do PSD é da opinião que se existe serviço a ser prestado por uma entidade externa sem o devido concurso público este é um deles, com o devido cuidado e precaução, pois trata-se de uma entidade fiscalizadora às contas do Município como o é esta Assembleia, portanto e pelo que se tem aferido pensa que a entidade em questão tem feito o que lhe compete e não existe para já algo que obste a um voto que não seja o favorável, ------

Colocada à votação a Nomeação de Marques Cruz & Associados - SROC, Ld°, como Revisor Oficial de Contas, para efeitos de auditoria externa - Ajuste direto nº 34/20 - Contratação de Serviços e Certificação Legal de Contas, foi

430 ando Madur

aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quanc estavam presentes vinte e três elementos	
PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: 4 - Apreciação e votação da proposta de autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de aquisição de refeições para refeitórios escolares das escolas do 1° Ciclo do Ensino Básico e Jardins-co Infância do Concelho da Lousã para o ano letivo 2020/2021, (doc. n° 6 (seis)) Inscrições: Não houve.	de os de-
Colocada à votação a proposta de autorização para a assunção compromissos plurianuais no procedimento de aquisição de refeições para refeitórios escolares das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-Confinencia do Concelho da Lousã para o ano letivo 2020/2021 foi aprovada punanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavo presentes vinte e três elementos.	de os de- oor am
PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:	de nto
Colocada à votação a proposta de autorização para a assunção compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecime de energia elétrica (instalações e iluminação pública, foi aprovada unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estav presentes vinte e três elementos.	nto por am
O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que to as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas posse produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os ve favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e elementos.	das sam otos três

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa , depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e trinta minutos
O Presidente da Mesa,
Jhu-
Carlos Seco
O 1° Secretário, Mário Alves Maduro A 2° Secretária, Mario Alves Maduro
Maria Aldina Martins